

O QUE DEVE SER ANUNCIADO HOJE

• **CPMF:** Aumento da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,38%, mas o martelo só será batido depois de acertos com as principais lideranças do Congresso. A equipe econômica sempre pretendeu elevar a alíquota para um valor entre 0,35% e 0,40%, mas a reação dos parlamentares foi forte e houve quem garantisse que o aumento não passaria de 0,35%. O ganho previsto pode variar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 8 bilhões.

• **CORTES:** O item Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC) do Orçamento da União para 1999 será cortado em R\$ 8,7 bilhões. O total de gastos neste item estava previsto em R\$ 43,357 bilhões. Corresponde a todos os gastos do Governo, com exceção de juros, pessoal e Previdência.

• **COFINS:** Projeto de lei para instituir a cobrança da contribuição para as instituições financeiras, que hoje são isentas. Atualmente a alíquota é de 2% do faturamento das empresas e com a proposta, seria mantido o mesmo percentual, mas o desconto passaria a incidir sobre a receita. A previsão é que a medida dê um ganho de R\$ 1,2 bilhão.

• **PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR:** A contribuição previdenciária dos servidores públicos será aumentada dos atuais 11% para até 16% para quem ganha acima de R\$ 1.200 por mês, de forma escalonada.

• **INATIVOS:** Os servidores inativos também passarão a contribuir para a Previdência, com alíquota de 11%. Mas a cobrança só vai incidir para quem ganha mais de R\$ 1.200. Há dúvidas se a proposta será encaminhada ao Congresso agora ou só no início do ano que vem, devido a problemas jurídicos. As duas mudanças na Previdência do servidor devem render de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões.

• **INSS:** Não mudam as alíquotas pagas atualmente pelos trabalhadores do setor privado.

• **REFORMA:** O Governo quer que o Congresso aprove com urgência a parte que falta da reforma da Previdência, inclusive medidas já rejeitadas.

• **ESTADOS E MUNICÍPIOS:** Projeto de lei fixará diretrizes e regras para os sistemas de Previdência dos servidores estaduais e municipais.

• **FEF:** O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), pelo qual o Governo pode dispor de 20% das receitas sem obedecer a determinações constitucionais, poderá ser prorrogado. A proposta do Governo é também aumentar o percentual para até 40% das receitas. A medida não traz ganho de arrecadação, mas pode evitar crescimento dos gastos.

• **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL:** Projeto que será encaminhado ao Congresso vai criar regras que obriguem os ministros do Planejamento e da Fazenda e os secretários de Finanças dos estados e municípios a cumprir metas de equilíbrio fiscal. Quem não cumpri-las estará sujeito a sanções.